

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.375.358 - DF
(2018/0257811-6)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : J L F
ADVOGADOS : LAERTE ROSA DE QUEIROZ JÚNIOR - DF029378
YURI CORREA JARDIM - DF058246
AGRAVADO : C A DE A
ADVOGADO : EDSON BRITO COSTA - DF016213

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do NCPC) interposto por J L F contra decisão que não admitiu recurso especial manejado com base nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

O apelo nobre desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado (fls. 450-451, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DE FAMÍLIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL CUMULADA COM DIVISÃO DE BENS COMUNS. ART. 1.723 DO CÓDIGO CIVIL. CONVIVÊNCIA PÚBLICA E DURADOURA. OBJETIVO DE CONSTITUIR FAMÍLIA. REQUISITOS NÃO COMPROVADOS. ÔNUS PROBATÓRIO DO AUTOR. NÃO OBSERVÂNCIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

1. Nos termos do art. 1.723 do Código Civil, "é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição da família".

2. Com base no art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil, o ônus probatório incumbe "ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito".

3. No caso em tela, a autora não produziu provas capazes de demonstrar a convivência pública, contínua, duradoura e com intenção de reconstituir a família que anteriormente foram, razão pela qual o pedido de reconhecimento de união estável merece ser indeferido.

4. Por implicar consequências jurídicas de alta relevância, inclusive de ordem patrimonial, o reconhecimento de uma união estável só pode ocorrer diante de provas cabais da convivência pública, contínua, duradoura, com objetivo de constituição de família, o que não ocorreu na hipótese em exame.

5. Não comprovada a união estável, resta prejudicado o pedido de partilha de bem supostamente adquirido durante sua constância.

6. Honorários majorados. Art. 85, §11 do CPC.

7. Recurso conhecido e não provido. Sentença mantida.

Unânime.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (fls. 480-492, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 499-511, e-STJ), a insurgente apontou violação aos artigos 1.723 do Código Civil, além do dissídio jurisprudencial.

Sustentou, em síntese, que a coabitação não é pressuposto para o reconhecimento da união estável, impondo-se a reforma do aresto estadual.

Contrarrazões (fls. 520-539, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal de origem negou seguimento ao reclamo (fls. 541-543, e-STJ), dando ensejo à interposição do agravo em recurso especial (fls. 544-554, e-STJ).

Em decisão monocrática (fls. 584-585, e-STJ), a Presidência não conheceu da insurgência porquanto entendeu não impugnados os fundamentos constantes do juízo negativo de admissibilidade.

No presente agravo interno (fls. 589-600, e-STJ), a parte insurgente afirma que realizou a impugnação aos argumentos lançados em sua totalidade. Pleiteia, por fim, a reforma da decisão atacada.

Impugnação às fls. 604-622, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Ante as razões expedidas no presente agravo interno, reconsidero a decisão monocrática anteriormente proferida às fls. 584-585 (e-STJ), tornando-a sem efeitos, e passo, de plano, ao reexame do agravo em recurso especial.

Pois bem, a insurgência não merece prosperar.

1. No caso concreto, o Tribunal local, com amparo no conjunto probatório encartado nos autos, decidiu pela inexistência de elementos que indiquem a caracterização da união estável alegada, na medida em que ausente a intenção dos litigantes em constituir família.

Confira-se trecho extraído do aresto hostilizado:

Na hipótese, a recorrente assevera que conviveu em regime de união estável com o requerido entre março de 2009 a março de 2015, a despeito de terem dissolvido a união estável no ano de 2008, através do processo de número 2008.07 1.028631-4, trazendo como provas de seu direito os depoimentos testemunhais colhidos em audiência de instrução.

Entretanto, a meu sentir, tais elementos não são capazes de comprovar a união estável, tendo em vista que deles não é possível inferir a convivência pública, contínua, duradoura e, principalmente, com a clara intenção de constituir família.

As fotos colacionadas aos autos nada são capazes de evidenciar, mas apenas o fato de que os litigantes estiveram presentes em comemorações e eventos sociais, não comprovando sequer que as partes constituíam um casal, sendo ainda menos aptas a evidenciar a união estável mencionada na inicial.

Observe-se que é fato comum que um casal, que de fato as partes foram até o ano de 2008, mesmo após terminada a relação, possa ter recaídas e passe a se encontrar.

Entretanto, para a constituição da união estável, é necessário muito mais do que a retomada do que poderia se considerar apenas um namoro.

Em nenhum momento nos autos ficou caracterizada a intenção de o requerido em reconstituir a família com a apelante.

Ao contrário, há fatos que demonstram que se tratava de um namoro e os mais evidentes são o requerido manter fielmente a prestação alimentícia do filho comum, guardando recibos mensalmente de todo o período, sem ter sequer atrasado ou deixado de pagar os alimentos.

Apesar da correta argumentação da apelante, de que somente uma sentença judicial poderia desconstituir esta obrigação, o que se observa no corriqueiro é que quando o casal retoma realmente a relação, o alimentante cessa o pagamento da prestação e passa a fazê-la *in natura*.

Além disso, poderia o requerido, a qualquer momento, ter buscado a Justiça para a extinção dos alimentos, informando que as partes retomaram o convívio, o que não foi feito.

Ademais, está evidenciado, pelo depoimento testemunhal, de que o requerido não fixou domicílio na residência da autora, o que também é evidência que ajuda a desconstituir o intuito em reatar a relação familiar.

Os próprios trechos de depoimento das testemunhas transcritos na peça de apelação dão conta de que o que resta evidenciado é que as partes se encontravam, passeavam e aproveitavam muito a vida social juntos.

Sendo assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

2. Importante consignar, ainda, que esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

Nesse sentido:

(...) 7. Nesse contexto, em consonância com a judiciosa opinião estampada no parecer ministerial, incide a Súmula 07/STJ, o que também impede o exame da divergência jurisprudencial na medida em que as peculiaridades do caso concreto, decisivas à solução conferida pela Corte de origem, não possuem identidade com os paradigmas trazidos à colação. 8. *Recurso especial não conhecido*. " (REsp 1.186.481/AC, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, julgado em 18.05.2010)

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. OCORRÊNCIA DE DANO MORAL REPARÁVEL. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Rever entendimento do Tribunal de origem que, com base nos elementos de convicção do autos, afasta a ocorrência de dano moral reparável demanda o revolvimento do arcabouço probatório dos autos, inviável em recurso especial, dado o óbice da Súmula 7 desta Corte.

2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, porquanto falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução a causa. (AgRg no Ag 1.160.541/RJ, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, 25.10.2011)

Não fosse só isso, constata-se que a recorrente não logrou demonstrar a divergência jurisprudencial nos moldes exigidos pelo art. 1.029, § 1º, do NCPC, e art.

255, § 1º, do RISTJ.

Isto porque a interposição de recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional reclama o cotejo analítico dos julgados confrontados a fim de restarem demonstradas a similitude fática e a adoção de teses divergentes, máxime quando não configurada a notoriedade do dissídio.

3. Do exposto, com fulcro no art. 932 do NCPC e na Súmula 568 do STJ, dou provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão monocrática de fls. 584-585 (e-STJ) e, de plano, negar provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

